COMUNICAÇÃO ORAL - GT 13 - POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ENSINO SUPERIOR: PERMANÊNCIA, SOFRIMENTO PSÍQUICO E OS LIMITES DA UNIVERSIDADE INCLUSIVA

Ellen Da Silva Rufino Dos Reis (ellen_rufino@yahoo.com.br)

Flávia Wagner (flv.wagner@gmail.com)

O estudo analisa a atuação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), destacando seu papel na promoção da inclusão, permanência e participação da pessoa com deficiência (PcD) no Ensino Superior. Embora o acesso desse público às universidades brasileiras represente um avanço significativo nas políticas educacionais, ainda persistem desigualdades, evidenciadas pela baixa representatividade da PcD nas matrículas totais.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada no estudo de caso. Como principal fonte de dados, foram utilizados relatórios institucionais do sistema de Registro e Acompanhamento de Atendimentos e Ações (RAAA), referentes ao período de 2022 a junho de 2025. A análise foi organizada em três categorias: perfil dos estudantes atendidos, atendimento e condições diagnósticas, e intervenções realizadas pelo núcleo.

Os resultados evidenciam crescimento contínuo no número de atendimentos, totalizando 2.860 registros para 2.642 estudantes. A maioria dos atendidos é composta por estudantes veteranos, jovens entre 17 e 24 anos, beneficiários de bolsas e matriculados em cursos presenciais, especialmente na área da saúde. Esses dados indicam que a permanência acadêmica exige suporte contínuo, sobretudo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No que se refere às condições diagnósticas, destaca-se a predominância de estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento, como Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e Transtorno do Espectro Autista , além de deficiências sensoriais e transtornos emocionais, como ansiedade e depressão. A análise adota uma perspectiva biopsicossocial, compreendendo a deficiência como resultado da interação entre características individuais e barreiras institucionais, o que amplia a compreensão das demandas para além de uma visão medicalizante.

As principais demandas identificadas concentram-se na necessidade de acessibilidade, adaptações avaliativas, estratégias pedagógicas diferenciadas apoio emocional. O elevado número de solicitações relacionadas ao sofrimento psíquico revela a importância de práticas institucionais que integrem cuidado, escuta qualificada e articulação com políticas de saúde mental, políticas que busquem o bem estar do estudante. Nesse cenário, o NAPI atua de forma estratégica, oferecendo intervenções como adaptação de avaliações, apoio ao processo de aprendizagem, acolhimento emocional, mediação com docentes e uso de tecnologias assistivas.

O estudo evidencia desafios importantes, como a baixa participação de estudantes da pós-graduação, das modalidades de ensino a distância e de áreas como Engenharias e Turismo. Esses dados indicam que a inclusão, embora institucionalizada, ainda não se consolidou de forma transversal na universidade, permanecendo concentrada em determinados cursos e perfis de estudantes.

A análise, fundamentada na pedagogia crítica freiriana, reforça que a inclusão deve ser compreendida como um processo ético, político e pedagógico, que exige a superação de práticas pontuais e a construção de uma cultura

institucional baseada na equidade e no reconhecimento das diferenças. Nesse sentido, conclui-se que o NAPI desempenha papel central na promoção da inclusão, mas sua efetividade depende do fortalecimento de ações intersetoriais, da formação docente contínua e da corresponsabilidade institucional. Assim, a consolidação de uma universidade verdadeiramente inclusiva requer a integração de políticas, práticas e valores que reconheçam a diversidade como elemento estruturante de uma educação democrática e transformadora.

Palavras-chave: núcleo de apoio ensino superior inclusão pessoa com deficiência.